



“Esta não é uma eleição redentora”

Marcos Nobre

Professor de Filosofia Política da Unicamp, pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap)

Solange Monteiro, de São Paulo

A falta de clareza do panorama eleitoral para 2018 é um fator preocupante que, na visão do cientista social Marcos Nobre, não terminará com ganhos para aqueles que esperavam renovação trazida pelo desgastante processo da Lava Jato. O que se verá, descreve, é um sistema político lutando por manter a blindagem que o afasta da interferência da sociedade e anula os canais de representação, sistema que Nobre diagnosticou previamente em seu livro *Imobilismo em movimento*, de 2013. Em entrevista à *Conjuntura Econômica*, Nobre diz não estranhar se houver aumento de votos brancos e nulos nestas eleições, e alerta para a necessidade de reconexão do sistema político com a sociedade. “Se no médio prazo não houver esse reencontro, o país afunda. E não será por uma questão somente econômica”, diz.

Conjuntura Econômica — O final de abril marcou os primeiros ensaios de configuração de alianças para a campanha presidencial, com as conversas entre Geraldo Alckmin e Michel Temer, e de Ciro Gomes e Fernando Haddad. Isso significa o fim da expectativa sobre algum elemento novo nestas eleições?

O bloqueio a qualquer coisa de novo já foi estabelecido na reforma eleitoral do ano passado. Ali é que se fechou a eleição para o novo, no momento em que se estabeleceu o financiamento público, e que são as cúpulas partidárias as que decidem o destino do recurso. Veja, mesmo com o financiamento

exclusivamente público, se poderiam estabelecer regras para distribuição desses recursos dentro dos partidos. Mas a reforma eleitoral não quis reger a atividade interna destes. Com isso, deu-se todo o poder às cúpulas partidárias para negociar o único recurso sólido existente na eleição.

Além disso, a reforma eleitoral não permitiu listas cívicas, conhecidas como candidatura independente. Sem esse tipo de candidatura, para poder se expressar, o candidato tem que se filiar a um partido existente e, no momento em que faz isso, está submetido ao poder das cúpulas partidárias. Ao fazer esse arranjo, automaticamente impediu-se o surgimento do novo, ou se colocou esse novo surgindo sem recurso, sem condições de disputa efetiva. Aí o que vemos são ondas – como a onda Doria, a onda Huck, agora a onda Joaquim Barbosa. Cada vez você tenta buscar alguém que representaria esse novo, mas na verdade ele está muito limitado.

Outro elemento importante é que, diferentemente das eleições de 1989, que são comparadas às deste ano pela aparente alta fragmentação, temos a máquina partidária de uma eleição geral. A eleição de 1989 era solteira, só para presidente. Numa eleição geral, são fundamentais os palanques estaduais, as alianças que os partidos fazem nacionalmente e as que são feitas localmente. É nesse momento em que as máquinas partidárias começam a funcionar. Hoje

pode-se tecer loas às redes sociais, à internet, mas as máquinas partidárias são muito importantes para uma quantidade expressiva, diria esmagadoramente majoritária, dos votos. Porque é esse esquema do partido que tem o vereador, o prefeito, que por sua vez está ligado a um deputado, que está ligado a uma candidatura ao governo, que está ligado a uma candidatura presidencial, formando o sistema de busca de voto.

Nas eleições gerais anteriores, a essa altura já sabíamos quem eram os candidatos e os palanques estaduais estavam quase montados. Esta eleição está muito atrasada

Já em comparação às demais eleições gerais, o que temos de novo é que está muito tarde para fechar alianças. Em qualquer das eleições gerais anteriores, a essa altura já sabíamos quem eram os candidatos e os palanques estaduais estavam quase montados. Esta eleição está muito atrasada.

A que se deve esse atraso?

Este atraso é inédito por uma série de fatores. Tivemos muita crise, rupturas, então é de se esperar que esta eleição seja diferente de outras eleições gerais. Mas um dos elementos centrais foi a dúvida se o ex-presidente Lula seria candidato ou não. E a prisão do ex-presidente criou um fator de incerteza ainda maior. Isso é muito perigoso, porque a campanha eleitoral propriamente dita já vai ser muito curta. Se demorar demais para montar alianças e palanques estaduais, haverá muitíssimo pouco tempo de campanha, e isso é muito grave porque o país está numa situação dramática e vai ter muito pouco tempo de discussão. Em princípio, isso já tinha que ter acabado com o fim da janela de troca partidária em 7 de abril. Mas a prisão de Lula esticou isso. Evidentemente não é uma estratégia boa para a centro-direita, pois ao adiar o início efetivo de campanha se demora principalmente a descobrir qual é de fato o potencial do candidato Geraldo Alckmin, já que ele é um candidato de máquina, pois lhe falta carisma, é muito identificado com São Paulo, com dificuldade de nacionalizar o seu nome. Ele só vai conseguir verificar seu potencial de deslanchar no momento em que as máquinas partidárias estiverem arrumadas. E isso não aconteceu ainda, porque o governo Temer negocia para que a campanha do Alckmin seja uma defesa do seu governo, o DEM do Rodrigo Maia quer um espaço dentro da uma aliança que seja maior do que o

que é oferecido, está todo mundo tentando encontrar espaços para se colocar dentro, e na verdade um acaba minando o outro.

E no espectro da centro-esquerda?

A centro-esquerda também tem muita coisa envolvida. Com quantos candidatos vai sair? O PT não pode passar o bastão para outra pessoa que não o Lula, pois do ponto de vista da estratégia isso significaria abandonar o ex-presidente Lula à sua sorte. Por outro lado, ou eles fazem isso, ou não conseguirão montar nenhum palanque estadual. E está chegando no limite. Está todo mundo tentando esticar essa pré-campanha até julho, mas é impossível. Não dá para chegar em julho sem ter palanque estadual.

O sistema político, em termos de campanha eleitoral, está na situação do dilema do prisioneiro – com toda a ironia que a expressão envolve, mesmo não sendo uma situação para risos. Um lado está esperando o outro se mexer, e todo mundo está parado. A centro-direita está esperando o Lula se resolver; o Lula está esperando acontecer alguma coisa na situação dele para saber como vai se mexer. E todo mundo no meio está esperando a definição desses dois lados. Então todo mundo espera o outro se mexer. Se eu fosse colocar um *lead* nesta entrevista, seria este: cada lado está esperando o outro se mexer, e está todo mundo parado.

E quanto a Joaquim Barbosa (que, na data desta entrevista, ainda não

havia anunciado desistência da candidatura) e Marina, à frente de Alckmin na pesquisa Datafolha de intenção de voto de abril?

Esta é uma eleição curiosa, porque os que estão na frente nas pesquisas irão murchar. É para o segundo pelotão que temos que olhar, e não para o primeiro.

Joaquim Barbosa tem dois problemas. Um é a situação interna do PSB, pois nitidamente o partido prioriza a eleição dos governos estaduais,

A eleição de 2018 não

é para a sociedade

se reconectar com o

sistema político, mas

para o sistema político

sobreviver, da maneira

como ele puder

especialmente Pernambuco e São Paulo, que apoiam Lula e Alckmin. O segundo problema é que, se tiver candidato presidencial, significa que vai retirar recursos de campanhas estaduais e de eleição para o Legislativo. O custo de se ter um candidato presidencial nesse esquema de financiamento é exorbitante. Então, ou o partido aparece como candidato pre-

sidencial sem nenhuma chance, como franco-atirador, ou então terá que ter recurso partidário substantivo. Esse é um dilema, uma dificuldade da candidatura Joaquim Barbosa. Além das dificuldades pessoais dele. Um candidato que diz que não está convencido em disputar a presidência não é exatamente candidato. A outra coisa que está envolvida é que ele precisa saber qual o destino do Lula para decidir, esticar a corda até onde puder.

No caso da Marina, quanto a Rede tem de recurso para a campanha presidencial? Migalhas. Quanto tempo de TV? Nove segundos. Quantos palanques estaduais? Três. Não tem número mínimo de deputados para ser chamada para um debate. As TVs podem chamar porque querem, mas pela lei não precisam. Não tem nenhuma aliança. Sem recurso, estrutura, aliança e palanque, fica difícil.

Jair Bolsonaro, que se mantém desde o ano passado na linha de frente da intenção de voto, segue a mesma cartilha?

O Bolsonaro pode ser incluído nesse grupo. No caso dele, tenho a impressão de que ele atingiu seu teto, e só irá perder votos a partir do momento em que a campanha se iniciar efetivamente.

Em geral, os discursos de campanha costumam ter como referênciam o governo de turno. Hoje esse farol parece competir com outros temas, como o da corrupção. Como espera que será o debate entre os candidatos?

Aí temos outro elemento parecido com 1989. O governo de plantão é universalmente rejeitado. Naquele ano, lançou candidato, Ulysses Guimarães, que mesmo não fazendo um discurso pró-governo, teve 4% dos votos. E hoje não se rejeita simplesmente o governo, mas o modo de funcionar do sistema político como um todo, então faz sentido que o governo faça parte dessa rejeição generalizada. A questão é que é uma rejeição de máquinas, e daí eu insisto: de máquina partidária, sobretudo. Não estou falando de máquina de governo federal ou estadual. É claro que estas têm alguma influência, pelo menos até o meio do ano, porque envolve cargos, destinação de verbas. Usar a máquina federal, entretanto, neste momento só vale desconectando-a da defesa do governo. É a única alternativa que serve para a centro-direita. Então a base da estratégia da centro-esquerda será colar Alckmin no governo Temer, e o Alckmin vai ter que se descolar o tempo inteiro para ser eleitoralmente viável.

Na sua opinião, qual peso a economia terá na decisão de voto este ano?

A economia sempre pesa muito, mas temos uma situação extraordinária no sentido de que atribuir a situação econômica ao governo atual é uma coisa que não tem efeito eleitoral significativo, porque o próprio governo não tem potencial eleitoral. Será uma eleição em que cada um tentará culpar o outro. De

um lado, a centro-esquerda vai dizer que garantiu melhoria de vida para todo mundo, e relacionará o alto nível de desemprego ao atual governo. De outro lado, a centro-direita dirá que não foi ela quem levou o país à ruína, e por isso é a única que pode prometer melhoria econômica. Não acho que a qualidade do debate será boa.

Pelo atual estágio da Lava Jato, como avalia o impacto da operação

Proibição de coligação
pode mudar muita coisa.

Mas lembre-se que 2020
está longe, e o próximo

Congresso pode derrubar
essa proibição e tudo se
mantém como está

na definição do voto do eleitorado e para a revisão de práticas ilegais dentro do sistema político?

Tudo isso que estamos falando significa que a eleição de 2018 é uma eleição de máquina. E que o sistema político se blindou contra qualquer novidade e interferência da sociedade no processo. Isso significa que o desencanto geral que

existe na política só vai aumentar, e não diminuir. Esta não é uma eleição redentora. Não é eleição para a sociedade se reconectar com o sistema político, mas para o sistema político sobreviver, da maneira como ele puder. É para isso que foi feita a reforma eleitoral, é para isso que está organizada a eleição presidencial. O que podemos esperar? Um grande aumento do número de votos em branco ou nulos, grande indiferença do eleitorado, que deve pensar “o voto é obrigatório, está bom, vou lá votar no que talvez seja o menos pior, mas não espero nada”. Ou seja, é uma eleição de desesperança no sentido de que ninguém confia que alguma coisa de novo aconteça. E me parece uma percepção muito correta por parte do eleitorado, porque não vai sair nada novo.

E quanto a possíveis correções de rumo para uma maior transparência política?

Não vai ser nessa eleição. Essa eleição não tem essa função. Inclusive acho que colocar nessa eleição um peso que ela não tem é um problema político grave. Porque não se trata de reconectar a sociedade com o sistema político. É simplesmente saber quem está no jogo e quem está fora. Quem não renovar o mandato cai na Lava Jato, quem renovar vai para prescrição e provavelmente se salva. E saber quais são as forças que vão reorganizar o sistema político a partir de 2019. Já existe uma reorganização do sistema político acontecendo.

Um exemplo: estamos vendo a re-composição da Arena. O partido que deu origem ao PP foi a Arena: surgiu o PDS, o PTB depois o PP. E o PFL, que deu origem ao atual DEM, é um racha do partido de sustentação da ditadura militar que foi apoiar Tancredo Neves no colégio eleitoral. Hoje DEM e PP estão trabalhando juntos, fazendo negociações e alianças juntos. Eles atuam como bloco. Não só dentro do parlamento, mas nas alianças estaduais. Então qual a perspectiva que eles têm na cabeça: de que em fevereiro de 2019 começarão a formar um partido que aglutine de novo PFL e DEM, que no desejo expresso do Rodrigo Maia teria cem deputados federais, nada menos que isso. É um projeto de re-organização. Para se ter uma base de comparação, se nestas eleições um partido grande for muito bem, elege 60 deputados. Hoje o máximo são 58 (PT). Nestas eleições, um partido médio bem-sucedido vai ter entre 40 e 50 deputados; um grande entre 50 e 60; um partido pequeno entre 20 e 40, e um nanico abaixo de 20.

O fim das coligações em eleições proporcionais que passa a vigorar a partir das eleições de 2020 poderá mudar esse desenho? Espera alguma reforma adicional até lá?

Proibição de coligação pode mudar muita coisa. Mas lembre-se que 2020 está longe, e o próximo Congresso pode derrubar essa proibição e tudo se mantém como está, com a cláusula de barreira mínima.

Há duas possibilidades. A primeira é de que o sistema se concentre, como citei no exemplo do DEM e do PP se fundindo. Os políticos podem pensar: “vamos formar dois partidos grandes e a partir daí vamos estabelecer uma cláusula de barreira pesada, porque daí a gente já sabe que sobreviveu”. E a partir daí também podem estabelecer a proibição de coligações. Ou estabelecer uma maneira de se coligar só a partir dos grandes. A outra

É melhor confiar em instituições do que em pessoas, mas tampouco é irracional que o eleitorado se volte para pessoas quando as instituições são disfuncionais

possibilidade é isso não acontecer, não haver concentração partidária, não ter cláusula de barreira e cair a proibição de coligações. Existem também movimentações, a partir da sociedade civil, para apresentação de uma reforma política por forças políticas novas de fato, que não estão ligadas aos esquemas tradicionais. Essa reforma provavelmente será apresentada a partir

de fevereiro caso esses movimentos da nova política conseguirem eleger um número mínimo de representantes na Câmara dos Deputados. Isso está em curso. Talvez não seja algo viável dentro da Câmara, dependendo da correlação de forças, mas tem o poder de pelo menos tensionar a discussão.

Em entrevista à *Conjuntura Econômica* em setembro passado, a cientista política Maria Celina D’Araújo afirmou considerar que mais importante do que a sociedade acreditar em lideranças excepcionais é ela acreditar nas instituições. Concorda com essa afirmação? Nesse caso, considera que hoje estamos melhor ou pior do que há dez anos?

Em abstrato, é claro que concordo. Concretamente, entretanto, ninguém confia mais em instituição nenhuma. A história da confiança em pessoas tem a ver com o fato de que as instituições se desmoralizaram. Elas não se sentem mais representadas em um sentido amplo, não veem espelhadas sua posição, seus valores. Idealmente, é melhor confiar em instituições do que em pessoas, mas tampouco é irracional que o eleitorado se volte para pessoas quando as instituições são disfuncionais.

Como melhorar as instituições?

A melhora do sistema só virá quando houver reconexão com a sociedade. Quando esse encontro vai se dar? Não está no horizonte. O que a gente sabe é que, se no médio prazo

não houver esse reencontro, o país afunda. E não será por uma questão somente econômica.

Matéria publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo apontou que, mesmo com o forte desgaste do Legislativo, o número de deputados federais interessados em disputar a reeleição é maior desde 1990. Considera viável uma renovação da casa que frustre a intenção desses parlamentares?

Depende do que você chama de renovação. Como disse, essa reforma eleitoral foi feita para que, mesmo que entre um nome novo, ele represente a mesma coisa. A partir do momento em que a cúpula partidária é quem controla o recurso, ela controla também a chance de alguém se eleger. Se por acaso um nome novo for beneficiado pelas cúpulas partidárias com recurso, ele é um nome em quem as cúpulas partidárias confiam. Portanto, não é renovação. Nominalmente, por valor de face, poderá haver uma mudança, mas não no sistema. Ele continua funcionando como sempre funcionou, talvez mais blindado do que foi anteriormente. Por esse valor de face, pode ser que tenhamos uma taxa de renovação um pouco superior às taxas históricas, que são altas. Mas não muito maior, pois esta é uma eleição, como mencionei, para salvar mandatos e pessoas da Justiça. E, em segundo lugar, para estabelecer quem vai participar do jogo de reorganização do sistema político a partir de 2019. É uma eleição que não dá

perspectiva de fato que o tema real da eleição esteja em discussão.

Sem desmerecer o tema *fake news* e política, considera que no Brasil esse fenômeno poderia ter um impacto importante, como o que se estima ter acontecido nos Estados Unidos na eleição de Donald Trump?

A campanha virtual não ganha sozinho uma eleição, mas pode decidir-la. Em uma disputa apertada, uma

O que pode acontecer com frequência é que pessoas que aceitam as *fake news* as aceitam porque vai ao encontro da posição de voto que já tinham

pequena porcentagem de votos pode ser decisiva. É nesse contexto que entra a importância da questão das *fake news*. Aquelas pessoas que não têm ainda uma posição consolidada de voto podem ser propensas a aceitar uma falsa informação que venha a ser decisiva. Uma campanha que se utiliza de *fake news* tem justamente a grande dificuldade de

fazer chegar no momento certo da campanha a informação falsa exatamente à pessoa ou ao grupo de pessoas que está propenso a aceitar essa informação. E isso não é nada fácil. Daí a importância do que aconteceu na campanha em que se elegeu Donald Trump. Os aplicativos que roubavam informações de usuários de redes sociais tinham uma sofisticação inédita. Não espalham *fake news*, simplesmente. Enviavam informação falsa criada sob medida para aquela pessoa ou grupo de pessoas que teria maior propensão a aceitar essa informação como decisiva para a determinação de seu voto. Não parece que no Brasil alguém detenha uma tecnologia com essa sofisticação e precisão. As *fake news* parecem distribuídas à maneira de um *spam*, como os que recebemos no *email* com propaganda ou tentativas de golpe. É muito ineficiente. Nesse sentido, o que pode acontecer com frequência é que pessoas que aceitam as *fake news* as aceitam porque vai ao encontro da posição de voto que já tinham. Além disso, depois da eleição americana, os proprietários de redes sociais já estão em alerta para esse tipo de ferramenta e sabem que isso pode afetá-los de maneira extremamente negativa. Ou seja, precisaríamos nuançar melhor a questão das *fake news*, ter um quadro mais próximo do real de quem as dissemina para poder avaliar seu impacto. Mas a minha impressão, apesar do risco que a eleição americana mostrou, é que não serão decisivas na eleição brasileira deste ano. ■